



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N. 22/2017.**

**TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO N. 22/2017**

**PROCESSO SEI N. [0000698-51.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 19/2017**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT E DE CORTINAS DE AR, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS OU RECOMENDADAS PELO FABRICANTE, SEM ÔNUS ADICIONAL, PARA ATENDER UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 07.850.772/0001-61, com sede na Rua Otávio Rola, n. 711, Bairro Conquista, Município de Rio Branco, Estado do Acre, CEP: 69.918-388, Telefones: (68) 3222-7879 / 99981-9248, E-mails: [azul.refrigeração@hotmail.com](mailto:azul.refrigeração@hotmail.com), neste ato representada pelo Senhor **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 117.763/SSP-AC e CPF nº 233.503.182-15, doravante denominada



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 1677/2021-PRES/DG/GABDG, de 03/12/2021 (evento [0767927](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**1 – Prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2017 (evento [0249891](#)) por mais **12 (doze) meses** a partir de 19/12/2021, com prazo final em 18/12/2022; e

**2 - Registrar o reajuste** ao valor do Contrato 22/2017 (evento [0249891](#)) **no percentual de 10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de **novembro de 2020 a outubro de 2021**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de 10 de outubro de 2021.

**Subcláusula Única** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 219.793,39** (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), correspondente ao somatório do valor relativo à prorrogação contratual e do valor ao reajuste contratual indicados,

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivamente, nos itens 1 e 2 da Cláusula Primeira deste instrumento, a seguir resumidos:

<b>TABELA 1 - Prorrogação Contratual 12 meses</b>				
<b>APOSTILA N. 1 (<a href="#">0697459</a>) Atualizado pelo IPCA Nov/19 a Out/20 (3º REAJUSTE)</b>		<b>4º REAJUSTE</b>		<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO ATUALIZADO  APÓS PRORROGAÇÃO/REAJ USTE</b>
<b>Período</b>	<b>Valor</b>	<b>% APLICA DA Nov/20 a Out/21 (<a href="#">0759813</a>)</b>	<b>VALOR DO CONTRAT O ATUALIZA DO (2021/2022)</b>	
2021/2022	R\$ 198.602,50	<u>10,67%</u>	R\$ 219.793,39	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 198.602,50</b>	-	<b>R\$ 219.793,39</b>	<b>R\$ 219.793,39</b>

Fonte: Informação n. 281/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP (evento [0759816](#)).

**Subcláusula Primeira** - O impacto financeiro do **4º reajuste** sobre o total contratado é de **R\$ 21.190,89** (considerando o total atualizado do contrato após o 4º reajuste (R\$ 219.793,39) menos o total atualizado do contrato após o 3º reajuste (R\$ 198.602,50), conforme consta na 1ª Apostila (evento [0697459](#)).

**Subcláusula Segunda** - Para fazer jus aos valores pretéritos do reajuste, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO 02122003320GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.39.16, conforme Nota de Empenho 2021NE000172 (Reforço), de 06/12/2021, a ser reforçada, caso necessário.

**Subcláusula Quarta** - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 219.793,39.

### **DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 10.989,67** (dez mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Única** – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Décima do Contrato originário.

### **DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, na Cláusula Sexta do Contrato originário (prorrogação), arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017 (reajuste).

### **DA RATIFICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 07 de dezembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2017**  
**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual já realizados nesta contratação de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato  (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato 22/2017, assinado em 18/12/2017 – Volume V do PA (evento n. <a href="#">0249891</a> ).  Vigência por 12 meses, a contar da data de assinatura.  Valor: R\$ 178.903,00  (Garantia: R\$ 8.945,15)	R\$ 178.903,00	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 06/12/2018 – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0371294</a> ).  Prorrogação por mais 12 meses, partir de 19/12/2018, com prazo final em 18/12/2019.  Valor: R\$ 178.903,00  (Garantia: R\$ 8.945,15)	R\$ 178.903,00	-
Termo Aditivo n. 02, assinado em 19/11/2019 – Volume XII do PA (evento n. 0478043).  1º reajuste de 4,56%, partir de 10/10/2018, referente ao IPCA acumulado no período de 11/2017 a 10/2018 (R\$ 7.473,98); e  Prorrogação por mais 24 meses, partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2021 (R\$ 372.753,96).  Exclusão das Subcláusulas	R\$ 380.227,94	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Primeira e Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA (DO REAJUSTE) do Contrato originário.  Valor do aditivo: R\$ 380.227,94 (Garantia: R\$ 19.011,40)		
Apostila n. 01, assinada em 01/06/2021 – Volume XIV do PA (evento n. <a href="#">0697459</a> ).  2º reajuste de 2,54%, partir de outubro/2019, referente ao IPCA acumulado no período de 2018/2019 (R\$ 4.733,97);  3º reajuste de 3,92%, partir de outubro/2020, referente ao IPCA acumulado no período de 2019/2020 (R\$ 7.491,55); e  Reconhecimento de dívida no valor total de R\$ 12.225,52 correspondente a soma dos valores dos reajustes.  (Garantia: R\$ 611,28)	R\$ 12.225,52	-
Termo Aditivo n. 03, assinado em ____/12/2021 – Volume XVI do PA (evento <a href="#">0769795</a> ).  Prorrogação por mais 12 meses, partir de 19/12/2021, com prazo final em 18/12/2021; e  4º reajuste de 10,67%, partir de 10/10/2021, referente ao IPCA acumulado no período de 11/2020 a 10/2021(R\$ 21.190,89)  Valor do aditivo: R\$ 219.793,39 (Garantia: R\$ <b>10.989,67</b> )	R\$ 219.793,39	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS, REDUÇÕES E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	219.793,39
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO EM CADA ÉPOCA – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR FLORÊNCIO DA SILVA, Usuário Externo**, em 07/12/2021, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/12/2021, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/12/2021, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/12/2021, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0769795** e o código CRC **49ECC903**.

0000698-51.2017.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 281/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**AO GABSAOFC.**

**À COSEG** para conhecimento.

Assunto: **Prorrogação e Reajuste do Contrato n. 22/2017 (0249891)** - Prestação de serviços de instalação e desinstalação, e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, para atender unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Senhor Secretário,

**1- Prorrogação do Contrato n. 22/2017**

Primeiramente, seguem as considerações e apontamentos desta unidade gestora acerca da **Prorrogação do Contrato n.22/2017 (0249891)**:

Considerando que o Contrato n° 22/2017 prevê expressamente a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe a cláusula demonstrada abaixo:

**DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.

Considerando que a possibilidade de prorrogação contratual é matéria pacífica, uma vez que a Lei n° 8.666/93, em seu art. 57, II, dispõe que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme abaixo demonstrado:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

**II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Grifo Nosso)"

Considerando que a Instrução Normativa 004/2008 deste Egrégio Tribunal determina que compete ao gestor do contrato informar à Administração, por escrito, sobre o término da vigência dos contratos, apresentando as justificativas necessárias, de acordo com o o art. 28, I, "i" que assim dispõe:

Art. 28. Compete ao gestor do contrato:

I – quando houver designação de fiscal ou comissão de fiscalização para o contrato:

(...)

i) comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 60 (sessenta) dias para os processos relativos à inexigibilidade e dispensa de licitação, de até 90 (noventa) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Convite e Pregão; e de até 120 (cento e vinte) dias para os relativos à licitação nas modalidades de Tomada de Preços e Concorrência, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

Considerando que o referido contrato teve o primeiro Termo Aditivo ([0371294](#)) o qual prorrogou o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses a partir de 19/12/2018, com prazo final em 18/12/2019, conforme a previsão contratual disposta na seguinte cláusula:

### **DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 22/2017 (evento [0249891](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 19/12/2018, com prazo final em 18/12/2019.

(...)

Considerando que o aludido contrato teve o segundo Termo Aditivo ([0478043](#)) o qual teve como objeto, dentre outros, a prorrogação do **prazo de vigência** do Contrato n. 22/2017 (evento [0249891](#)) por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 19/12/2019, **com prazo final em 18/12/2021**, segundo a previsão contratual disposta na cláusula a seguir:

**DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

...

2 - **Prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2017 (evento [0249891](#)) por mais **24 (vinte e quatro) meses** a partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2021;

...

Considerando que o prazo de vigência do referido contrato tem sua vigência expirada na data de 18 de dezembro deste ano corrente;

Considerando que esta unidade gestora consultou a empresa no que diz respeito ao interesse em prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, a contar de 18/12/2021 a 18/12/2022, de acordo com o evento SEI n. [0738115](#);

Considerando que a CONTRATADA, REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA - ME, concordou pela renovação do contrato por mais 12 (doze) meses, segundo evento SEI n. [0738172](#);

Considerando que a pesquisa de preços a fim de demonstrar a vantajosidade para a Administração em prorrogar o contrato referenciado restou infrutífera, conforme eventos ([0752678](#), [0755533](#), [0758054](#)), além disso, não obtivemos sucesso na consulta ao site: [bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa](http://bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa), pois não foi identificado objeto similar ao nosso contratado;

Considerando que a finalidade pública será atendida com a prorrogação do contrato por período maior, uma vez que a contratada vem



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestando um bom serviço, além disso tal fato irá proporcionar que esta unidade direcione seus recursos humanos para atividades complexas priorizadas pela Administração, diminuindo, sensivelmente, a sobrecarga com trabalhos corriqueiros como gestão de contratos.

Portanto, diante dos fatos elencados, manifestamo-nos pela:

a) **Prorrogação do Contrato nº 22/2017 (evento SEI n. [0249891](#)), pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 18/12/2021 a 18/12/2022.**

## **2- Reajuste**

Primeiramente, no tocante ao **Reajuste** convém ressaltar as seguintes considerações:

Considerando que o reajuste contratual tem amparo nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, ambos da Lei nº 8.666/93;

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:

### **DO REAJUSTE**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**Subcláusula Primeira** - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

...

Considerando que o reajuste previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

### **DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

**8.2.** determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

**b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.**

Considerando entendimento do TCU e da AGU que claramente responsabilizam a Administração pela **aplicação automática do reajuste** estrito senso nos contratos administrativos, de acordo com o texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:**

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais.** Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

Considerando, nesse mesmo sentido, entendimento da Assessoria Jurídica deste Tribunal a qual fez análise jurídica acerca do reajuste em sentido estrito e esclareceu que o reajuste previsto em cláusula contratual se dá de forma automática pela Administração, conforme PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0669328](#)), PARECER JURÍDICO Nº 22 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678295](#)),



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 23 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678332](#)) dentre outros;

Considerando que o Termo Aditivo n. 02 ([0478043](#)) não só registrou o 1º reajuste no percentual de 4,56%, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de novembro de 2017 a outubro de 2018, como também prorrogou o referido contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses a partir de 19/12/2019, com prazo final em 18/12/2021

Considerando que a Apostila n. 01 ([0697459](#)) registrou não só o 2º reajuste no percentual de 2,54%, decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de novembro de 2018 a outubro de 2019, como também o 3º reajuste no percentual de 3,92%, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de novembro de 2019 a outubro de 2020;

Considerando que o período apuratório atual **se refere ao de novembro de 2020 a outubro de 2021**, que o índice acumulado, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, apurado nos últimos doze meses montou o total de 10,67 % (evento SEI n. [0759813](#));

Diante do exposto, demonstramos na tabela abaixo, os reflexos do reajuste 2020/2021:

TABELA 1 - Prorrogação Contratual 12 meses				
APOSTILA N. 1 ( <a href="#">0697459</a> ) Atualizado pelo IPCA Nov/19 a Out/20 (3º REAJUSTE)		4º REAJUSTE		VALOR TOTAL DO CONTRATO ATUALIZADO APÓS PRORROGAÇÃO/REAJUSTE
Período	Valor	% APLICAD A Nov/20 a Out/21 ( <a href="#">0759813</a> )	VALOR DO CONTRATO ATUALIZAD O (2021/2022)	
2021/2022 2	R\$ 198.602,50	<u>10,67%</u>	R\$ 219.793,39	R\$ 219.793,39
TOTAL	R\$ 198.602,50	-	R\$ 219.793,39	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em virtude dos fatos demonstrados acima quanto ao reajuste, manifestamo-nos pela:

**a) CONCESSÃO DO 4º REAJUSTE** referente ao período apuratório atual de novembro de 2020 a outubro de 2021, sendo o percentual apurado de 10,67%;

Portanto, diante dos fatos demonstrados acima quanto ao reajuste e a prorrogação, manifestamo-nos pela:

**a) AUTORIZAR A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N° 22/2017 (evento SEI n. [0249891](#))**, pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 18/12/2021 a 18/12/2022;

**b) CONCESSÃO DO 4º REAJUSTE** referente ao período apuratório atual de novembro de 2020 a outubro de 2021, sendo o percentual apurado de 10,67%.

Por fim, encaminhamos os autos para apreciação de Vossa Senhoria a fim de autorizar a prorrogação do referido contrato e a concessão do 4º reajuste tratados nesta informação.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA**

**CASTRO, Chefe de Seção**, em 11/11/2021, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759816** e o código CRC **9C594EB1**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000698-51.2017.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000698-51.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: Análise de minuta de Termo Aditivo – Prorrogação de vigência e Reajuste em sentido estrito – Contrato n. 22/2017/TRE/RO –

**REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA – ME**

**PARECER JURÍDICO Nº 220 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, contratou-se a empresa **REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA – ME** - CNPJ nº 07.850.772/0001-61, para prestação de serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, no valor de **R\$ 178.903,00 (cento e setenta e oito mil e novecentos e três reais)**, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 22/2017/TRE/RO ([0249891](#)).

**02.** O prazo de vigência inicial do referido contrato de serviços contínuos foi estipulado em **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura em **18/12/2017**, com possibilidade de prorrogação, a primeira efetivou-se por mais de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **19/12/2018 a 18/12/2019**, consoante registrado no **Termo Aditivo nº 01 ([0371294](#))**, e a segunda prorrogação anotada em **24 (vinte e quatro) meses, com prazo final em 18/12/2021**, conforme **Temo Aditivo nº 02 ([0478043](#))**.

**03.** Na Informação nº 281/2021PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759816](#)), a Seção de Manutenção Predial – SEMAP, solicitou a **prorrogação da vigência do aludido ajuste por mais 12 (doze) meses**, devido à proximidade do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

término de sua vigência, apresentando os elementos mínimos de embasamento do seu pedido. Entre eles, a Pesquisa de Preços 3 ([0752657](#)) realizada com a entrega por e-mail ([0752678](#), [0755533](#) e [0758054](#)), e a anuência da empresa quanto a dilação de prazo pretendida pela administração ([0738172](#)).

**04.** Ainda, a unidade gestora comunicou sobre a necessidade de concessão de reajuste dos preços dos serviços contratados e que a variação acumulada do índice previsto no contrato (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA) para o período de novembro de 2020 a outubro de 2021 é de 10,67% ([0759813](#)), passando o valor anual atualizado do contrato para R\$ 219.793,39 (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos).

**05.** Em observância ao Despacho nº 2061/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0760844](#)), a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFC solicitou a SEMAP a informação dos valores necessários para acobertar o pagamento do reajuste contratual pleiteado, subdivididos por exercício financeiro e competência ([0761164](#)). A SEMAP na Informação n. 311/2021 apresenta os valores estimados necessários nos exercícios de 2021/2022 para o pagamento do reajuste contratual pretendido, e remete os autos a COFC e a COSEG para conhecimento da coordenadora titular.

**06.** A Seção de Contratos – SECONT, após elaborar a minuta de termo aditivo adstrita à prorrogação da vigência contratual e ao reajuste ([0762154](#)), remeteu os autos a esta Assessoria, consoante remessa contida no evento [0762155](#).

**07.** Por fim, a COFC informa nos autos o suporte orçamentário para a despesa no exercício de 2021 ([0766560](#)), Plano Interno IEF MANPRE, Natureza da Despesa 339039.16, Pré-Empenho /SIAFI 2021ND000705, no valor de 13.431,82 (treze mil quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DA PRORROGAÇÃO**

**08.** A prorrogação do contrato administrativo em análise submeter-se aos ditames da Lei nº 8.666/93, que em seu art. 57, II, prevê a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possibilidade de as contratações de serviços contínuos terem a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – à prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

**09.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviço aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo da paralisação dos serviços nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – TCU conceitua:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772) (sem grifo no original)

**10.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “**iguais e sucessivos períodos**”. O presente contrato, vigente a partir de 18/12/2017, com prazo de duração inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**11.** No tocante à necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

**É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico.** Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário<sup>1</sup> (sem grifos no original)

**12.** Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

9. Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original**. Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato**. Então, nesse aspecto, não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses. (sem grifo no original)

**13.** Nesse mesmo sentido, são os Acórdão nº 1191/2005-Plenário e Acórdão nº 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

**14.** Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU nº 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE**. (sem grifo no original)

**15.** Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. E, como se observa, no caso em tela, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida por mais **12 (doze) meses** atende perfeitamente às



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme manifestação da unidade gestora ([0759816](#)).

**16.** Ademais, verifica-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi ultrapassado, todavia **a terceira prorrogação do Contrato nº 22/2017, ora em análise, perfaz o limite legal permitido de 60 (sessenta) meses.**

**17.** O terceiro e último requisito reside em preços e condições mais vantajosos para a administração. Neste aspecto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

**18.** Com relação à compatibilidade do preço praticado no contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, consoante a Informação nº 281/2021 ([0759816](#)). A SEMAP realizou a Pesquisa de Preços 3 ([0752657](#), [0752678](#), [0755533](#) e [0758054](#)) por e-mails, e também consulta ao site: [bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa](http://bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa), não identificando objeto similar ao do Contrato nº 22/2017.

**19.** Nesse contexto, urge trazer à baila o entendimento do TCU, *ipsi litteris*:

### **Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**20.** Depreende-se dos trechos citados que, além de consultar o mercado para verificar se o valor do contrato atual é compatível com os oferecidos pelas empresas dos ramos, é necessário a realização, feita pelo gestor, de uma análise integral de todas as particularidades envolvidas na contratação para verificar a sua vantajosidade e registrá-la nos autos, com intuito de fundamentar a continuidade ou não da contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**21.** A corroborar com o exposto, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio, feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110):

**De acordo com o inc. II do art. 57**, a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração, afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

**A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e compara preços e demais condições ofertadas pelo mercado. Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo executado a contento, de forma eficiente e eficaz**. Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterá recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)

**22.** Da leitura deste excerto, infere-se que a Administração poderá manter um contrato mesmo que o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a conveniência e a oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a **relativização da vantajosidade econômica** prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

**23.** A pesquisa realizada, no caso em tela, não obteve um preço parâmetro, apesar do esforço do setor responsável. Assim, a contratação em comento foi examinada pela unidade gestora da contratação





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de uma forma global para verificar se este pressuposto foi atendido, o que foi comprovando nos autos mediante a análise positiva para a prorrogação do ajuste.

**24.** Apreciando o pronunciamento da SEMAP presente nos autos (Informação nº 281/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP - [0759816](#)), entende-se que as condições oferecidas pela contratada durante a execução do contrato atenderam de forma satisfatória ao ponto de conduzir a unidade gestora no entendimento de que a prorrogação dos ajustes será proveitosa.

**25.** À vista disso, poderá a Administração, após analisada sua conveniência e oportunidade, autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Sexta do Contrato nº 22/2017.

### **2.2 – DO REAJUSTE**

**26.** A unidade gestora - SEMAP -apresenta nos autos o índice de reajuste no percentual de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete milionésimos) compreendido entre o período de novembro de 2021 a outubro de 2021. O reajuste tem amparo no artigos 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, os quais determinam a estipulação de critérios periódicos de reajustamento, tendo estes sido reproduzidos expressamente no contrato administrativo em exame ([0249891](#)):

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**27.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, assim orienta:

Faca constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário**

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

**28.** Assim, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### **DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

**8.2.** determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

**29.** De se ver que o caso ora em análise trata-se de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto em cláusula contratual. Desta forma, esta Assessoria com fundamento no art. 55, III, da Lei n.º 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato n.º 22/2017, opina pelo **deferimento**.

## **2.3 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**30.** O Contrato nº 22/2017 ([0249891](#)) estabeleceu a obrigação de a empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 8.945,15** (oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e art. 19, XIX, da IN nº 02/2008 da SLTI/MPOG e suas alterações.

**31.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**32.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)**

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.**

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.**

**33.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA DÉCIMA do Ajuste.

## **2.4 – DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**34.** Por celeridade e racionalidade a minuta do termo aditivo nº 3 foi juntada aos autos para apreciação juntamente com a análise do pedido de prorrogação e do reajuste ([0762154](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**35.** Examinando o referido instrumento, percebe-se que, sob o aspecto formal, sua **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III – CONCLUSÃO**

**36. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende que a autoridade competente, observados os requisitos legais, poderá efetivar:

a) a **prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fulcro no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 combinado com Cláusula Sexta do Contrato nº 22/2017, alertando-se, todavia, para a necessária comprovação de regularidade fiscal da empresa contratada; e

b) a **aplicação do reajuste contratual pretendido**, com fundamento no Arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017, ainda, considerando haver nos autos a comprovação do suporte orçamentário ao reajuste no exercício corrente ([0766560](#)).

**37.** Ademais, quanto a **minuta do instrumento contratual** juntado ([0762154](#)), após análise de seus aspectos formais, esta unidade Jurídica **APROVA** os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**38.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/11/2021, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0766807** e o código CRC **5F6E9D65**.

0000698-51.2017.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000698-51.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Prorrogação de vigência e reajuste em sentido estrito – Contrato n. 22/2017-TRE/RO – REFRIGERACAO CHAMA AZUL LTDA.-ME

**DESPACHO Nº 1677 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, contratou-se a empresa **REFRIGERAÇÃO CHAMA AZUL LTDA .- ME**, CNPJ nº 07.850.772/0001-61, para prestação de serviços de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, sem ônus adicional, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 22/2017/TRE/RO ([0249891](#)). Devido à dilação de sua vigência para **18/12/2021**, está atualmente em execução, conforme Termo Aditivo nº 02 ([0478043](#)).

Mediante a Informação nº 281/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759816](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), unidade gestora da contratação, solicitou a prorrogação da vigência do aludido ajuste por mais 12 (doze) meses, devido à proximidade do término de sua vigência, apresentando os elementos mínimos de embasamento do seu pedido. Dentre eles, destaca-se a Pesquisa de Preços 3 ([0752657](#)), realizada com entrega por e-mail ([0752678](#), [0755533](#) e [0758054](#)), e a anuência da empresa quanto à dilação de prazo pretendida pela administração ([0738172](#)).

Na referida informação, complementada pela Informação n. 311/2021 ([0766419](#)), a SEMAP também comunica a necessidade de concessão de reajuste dos preços dos serviços contratados, bem assim que a variação acumulada do índice previsto no contrato (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA) para ao período de novembro/2020 a outubro/2021 é de 10,67% ([0759813](#)), motivo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo qual o valor anual atualizado do contrato passa a ser de R\$ 219.793,39 (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à COFC, para a programação orçamentária do reajuste do contrato; à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de apostila do contrato; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG para análise e emissão de parecer jurídico ([0760844](#)).

Em cumprimento ao referido despacho ([0760844](#)), a COFC, pelo evento [0766517](#), informa que, por se tratar de despesa a ocorrer somente no exercício 2022, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2022. Em complemento, registra que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2022 tramita no processo nº [0003698-54.2020.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

Do mesmo modo, no evento [0766519](#), noticia que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício de 2021.

Na sequência, a SPOF junta a programação orçamentária no valor de R\$ 13.431,82 (treze mil quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos) para o presente exercício ([0766560](#)).

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 22/2017 (evento [0762154](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0762155](#)).

Recebidos os autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 220/2021 ([0766807](#)), no qual, com base nos elementos constantes nos autos, concluiu pela possibilidade de prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, bem como pela concessão, à contratada, do reajuste contratual pretendido, com fundamento nos arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017, considerando, ainda, haver nos autos a comprovação do suporte orçamentário ao reajuste no exercício corrente ([0766560](#)). Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0762154](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como pelo deferimento do reajuste ao valor do Contrato n. 22/2017 ([0249891](#)), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA Acumulado, no percentual de 10,67%, aferido no período de novembro/2020 a outubro/2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 10/10/2021, [inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/1993](#) (Manifestação n. 487/2021 - evento [0766960](#)).

Vieram os autos para apreciação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente, observa-se que há previsão da prorrogação contratual na Cláusula Sexta do Contrato n. 22/2017 ([0249891](#)), *ipsis litteris*:

**CLÁUSULA SEXTA** – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 meses.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de de instalação e desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo Split e de cortinas de ar, com reposição de peças originais ou recomendadas pelo fabricante, para atender as unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia nos diversos municípios deste Estado, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", asseverou a AJDG que o presente contrato, vigente desde 18/12/2017, com prazo de duração inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado, à conveniência da Administração, pelo período de 12 (doze) meses. Verifica-se, também, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, não atingirá o limite ainda, pois se trata da terceira prorrogação do Contrato n. 22/2017.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

Não obstante, conforme bem ponderou a AJDG, pode haver a **relativização da vantajosidade econômica**, prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos, pois de acordo com entendimento doutrinário (itens 21 e 22 do parecer jurídico - [0766807](#)), infere-se que a Administração poderá manter um contrato mesmo que o seu valor esteja superior ao do mercado. Para tanto, basta demonstrar a conveniência e oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço).

No presente caso, a pesquisa realizada não obteve um preço parâmetro, apesar do esforço do setor responsável. Assim, a contratação em comento foi examinada pela unidade gestora da contratação de uma forma global para verificar



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se este pressuposto foi atendido, o que foi comprovando nos autos, mediante a análise positiva para a prorrogação do ajuste.

Assim, apreciando o pronunciamento da SEMAP expresso na Informação nº 281/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759816](#)), entende-se que as condições oferecidas pela contratada durante a execução do contrato atenderam de forma satisfatória, ao ponto de conduzir a unidade gestora no entendimento de que a prorrogação dos ajustes será proveitosa.

Além de solicitar a prorrogação contratual, a unidade gestora informa a necessidade de aplicação do reajuste em sentido estrito, com o índice no percentual de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete milionésimos) compreendido entre o período de novembro/2021 a outubro/2021.

Tal pretensão de reajuste tem amparo no **art. 5º, §1º, 40, XI, e art. 55, III, da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo n. 22/2017 ([0249891](#)). Veja-se:

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** – Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma, o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise, trata-se de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previsto em cláusula contratual, sendo devido o respectivo valor contabilizados no período de **novembro/2020 a outubro/2021**.

Assim, o reajuste a ser aplicado no contrato será no percentual de **10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), aferido no período de novembro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 10/10/2021.

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato n. 22/2017 ([0249891](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 219.793,39** (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e nove centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato nº 22/2017.

Além disso, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA DÉCIMA do Ajuste.

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, considerando a delegação constante do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/2018/GP:

**a) autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 22/2017/TRE/RO ([0249891](#)), por mais 12 meses a partir de 19/12/2021 com prazo final em 18/12/2022**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93 e ainda Cláusula Sexta do referido Contrato;

**b) autorizo o reajuste do Contrato Administrativo n. 22/2017**, no percentual de **10,67%** (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de novembro de 2020 a outubro de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 10/10/2021, com fulcro no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Segunda do Contrato;

**c) determino a atualização dos valores do Contrato n. 22/2017**, fixando seu novo valor em **R\$ 219.793,39** (duzentos e dezenove mil setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Vigésima Segunda do referido Contrato; e

**d) determino a notificação da contratada para complementação da garantia**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura do termo aditivo**, no valor de **R\$ 10.989,67** (dez mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento e atualização da comprovação de regularidade fiscal da empresa contratada.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 03/12/2021, às 19:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0767927** e o código CRC **13872EC7**.

0000698-51.2017.6.22.8000